



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

Rita Borges Gomes

**Uma Revisão Sistemática de Avaliação das Propriedades Psicométricas
da ISPCAN Child Abuse Screening Tools (ICAST)**

Trabalho realizado sob a orientação de

Professor Doutor Diogo Lamela

Fevereiro de 2023



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

Rita Borges Gomes

**Uma Revisão Sistemática de Avaliação das Propriedades Psicométricas
da ISPCAN Child Abuse Screening Tools (ICAST)**

Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona do Porto no dia
14/02/2023, perante o júri seguinte:

Presidente: Professora Doutora Inês Martins Jongenelen

Arguente: Professor Doutor Tiago Miguel Pires Pinto (Universidade Lusófona do Porto)

Orientador: Professora Doutor Diogo Jorge Pereira do Vale Lamela da Silva

Fevereiro de 2023

É autorizada a reprodução integral desta dissertação apenas para efeitos de investigação,
mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

Agradecimentos

O meu percurso académico, foi definido pelo esforço, dedicação e empenho da minha parte, mas sem dúvida que o apoio e suporte de algumas pessoas foi fundamental neste processo, e por isso, não poderia deixar de agradecer a todas elas por me ajudarem a chegar até aqui.

Ao Professor Doutor Diogo Lamela, o meu orientador ao longo da realização da dissertação. Um agradecimento pelo apoio, transmissão de aprendizagens e conhecimento e pelo suporte que representou neste último ano académico.

Agradecer aos meus pais, sem o apoio incondicional deles nada teria sido possível. Fizeram-me sempre acreditar nas minhas capacidades e permitiram-me sonhar.

À minha irmã, que sempre foi um exemplo para mim, uma segunda mãe, agradeço-lhe a força e o exemplo que me transmitiu com o seu percurso.

Ao meu namorado, agradeço-lhe pelo amor, por me apoiar, motivar e acreditar que iria conseguir realizar este sonho. Um pilar na minha vida. Um exemplo de vida, de coragem e superação.

Às minhas amigas Maria Inês e Jéssica, agradecer por realizarem esta longa caminhada do meu lado, amigas da faculdade para a vida. Agradeço por terem feito com que o meu percurso académico fosse recheado de momentos inesquecíveis ao vosso lado, de superação e aprendizagens para a vida.

Aos meus amigos de infância, agradecer por fazerem parte de mais uma etapa da minha vida, e por permanecerem na minha vida em todos os momentos.

Ao meu avô, agradecer por partilhar comigo os seus 92 anos de sabedoria e amor ao próximo.

Aos meus avós, que partiram antes de poderem ver este sonho concretizado em vida, agradecer por me terem transmitido os valores que me representam.

Resumo

Os maus-tratos a crianças apresentam uma elevada prevalência a nível mundial, em que na maioria dos casos é perpetrada por pais ou cuidadores primários. Os investigadores começaram a estudar os maus-tratos com o intuito de os avaliar, medir e intervir. Na presente revisão sistemática foram identificadas sistematicamente versões traduzidas e adaptadas da ISPCAN *Child Abuse Screening Tools*, nomeadamente a ICAST-P, ICAST-C, ICAST-CH, ICAST-R, tendo como objetivos descrever as metodologias e procedimentos éticos na recolha de dados e avaliar as propriedades psicométricas das versões de acordo com seis critérios do sistema COSMIN. Foram incluídos na revisão sistemática nove estudos empíricos de validação das escalas da ICAST, ao nível das propriedades psicométricas e dos procedimentos éticos e metodológicos. Os resultados obtidos das versões da ICAST analisadas demonstraram disparidades no que diz respeito às propriedades psicométricas avaliadas, apresentando valores contraditórios entre si. No entanto, foi possível identificar a implementação de procedimentos éticos similares entre os diferentes estudos de validação. Os resultados desta revisão podem contribuir para a adaptação e validação das escalas da ICAST para a população portuguesa.

Palavras-chave: Maus-tratos a crianças, ICAST, Propriedades psicométricas, Procedimentos éticos.

Abstract

Child maltreatment has a high prevalence worldwide, in most cases perpetrated by parents or primary caregivers. Researchers have begun to study maltreatment in order to assess, measure, and intervene. In the present systematic review, translated and adapted versions of the ISPCAN Chil Abuse Screening Tools were systematically identified, including the ICAST-P, ICAST-C, ICAST-CH, ICAST-R, with the objectives of describing the methodologies and ethical procedures in data collection and assessing the psychometric properties of the versions according to six criteria of the COSMIN system. Nine empirical validation studies of the ICAST scales were included in the systematic review, in terms of psychometric properties and ethical and methodological procedures. The results obtained from the analyzed ICAST versions showed disparities regarding the psychometric properties assessed, presenting contradictory values between each other. However, it was possible to identify the implementation of similar ethical procedures among the different validation studies. The results of this review may contribute to the adaptation and validation of ICAST scales for the portuguese population.

Keywords: Chil maltreatment, ICAST, psychometric properties, ethical procedures.

Índice

Agradecimentos	II
Resumo	III
<i>Abstract</i>	IV
Enquadramento Teórico	8
Método	11
Critérios de inclusão e exclusão.....	12
Codificação dos estudos.....	12
Resultados	13
Seleção dos estudos.....	13
Características gerais dos estudos	14
Procedimentos éticos e metodológicos de recolha de dados	17
Análise das propriedades psicométricas das versões internacionais da ICAST	20
Discussão	23
Referências	29

Índice de Tabelas

Tabela 1: Síntese dos resultados dos estudos	15
---	----

Índice de Siglas e Abreviaturas

CITI – Iniciativa de Formação Institucional Colaborativa

COSMIN – *Consensus-based Standards for the selection of health Measurement Instruments*

CPCJ – Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

ICAST – ISPCAN *Chil Abuse Screening Tools*

ICAST-C – ISPCAN *Chil Abuse Screening Tools Child Version*

ICAST-CH – ISPCAN *Chil Abuse Screening Tools Chil Home version*

ICAST-P – ISPCAN *Chil Abuse Screening Tools Parent Version*

ICAST-R – ISPCAN *Chil Abuse Screening Tools Retrospective Version*

ISPCAN – Sociedade Internacional para a Prevenção do Abuso e Negligencia Infantil

UNICEF – Agência das Nações Unidas para a defesa e promoção dos direitos das crianças

Enquadramento teórico

Os maus-tratos representam uma problemática de dimensão social na sociedade atual, dada a sua elevada prevalência em que as crianças são expostas a algum tipo de violência ao longo do seu desenvolvimento, perpetrada pelos pais ou pelos prestadores de cuidados (Hillis et al., 2016). Os maus-tratos são um fator de risco significativo para os problemas de ajustamento das crianças, com igual impacto negativo no sistema público de saúde, educativo e proteção social, o Centro de Controlo e Prevenção de Doenças (Leeb, 2008), definiu os maus-tratos dirigidos às crianças como, *"Qualquer ato ou série de atos de comissão ou omissão por um dos pais ou outro prestador de cuidados que resulta em dano, potencial de dano, ou ameaça de dano a uma criança"* (p.11).

Geralmente a literatura identifica quatro tipos de maus-tratos: o abuso físico, o abuso emocional (também mencionado como abuso psicológico), a negligência (física e emocional) e o abuso sexual (Norman et al., 2012). Neste sentido, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2006) *"os maus-tratos infantis incluem todos os tipos de maus-tratos físicos e/ou emocionais, abuso sexual, negligência e exploração comercial ou outra que resulte em danos reais ou potenciais para a saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade da criança no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder"* (p.9).

Numa revisão sistemática sobre a prevalência global da violência contra crianças em noventa e seis países foi demonstrado que mais de mil milhões de crianças já sofreram de violência física, emocional ou sexual durante o ano anterior (Harsha et al., 2020). Apesar das estimativas da prevalência dos maus-tratos em crianças serem variáveis em diferentes países, uma grande parte da violência cometida contra as crianças continua a não ser relatada e exposta pelas mesmas, devido ao medo, estigma e ao julgamento por parte da sociedade em relação à violência, por exemplo, a prevalência de abuso sexual em crianças que é denunciado oscila entre 2% e os 62% (Andrews et al., 2004). Esta oscilação poderá ter origem nos fatores metodológicos, tais como a própria definição de maus-tratos e abuso, o método de recolha de dados e o tipo de amostra estudada (Norman et al., 2012).

Diversos fatores têm demonstrado influenciar a prevalência dos maus-tratos nas crianças, entre eles os fatores demográficos, tais como a idade, o sexo e a educação, fatores do contexto familiar, como os conflitos parentais, ser mãe solteira, e o número de filhos, para além disso, o estatuto económico, o stress diário proveniente da família, a

vizinhança, pobreza e o local de residência são também fatores relevantes nesta problemática (Harsha et al., 2020).

O significado e definição de maus-tratos a crianças, à semelhança do significado de disciplina ou parentalidade, variam entre culturas mediante os seus valores, normas e o que é moralmente aceite em cada sociedade (Shek & Ma, 2010 citados por Chen et al., 2020). Por exemplo, a população chinesa pode utilizar os castigos físicos como forma de disciplinar os seus filhos, no entanto, podem apenas considerar essa disciplina abusiva, quando prejudicam gravemente as crianças ou as magoam de forma significativa (Qiao & Xie, 2017 citados por Chen et al., 2020). No entanto, em relação aos europeus, estes podem considerar níveis moderados de maus-tratos como abusivos (Krug et al., 2002).

Estas diferenças na definição e significado dos maus-tratos a crianças podem influenciar a sua avaliação, o que requer o desenvolvimento de instrumentos válidos e padronizados para as diferentes culturas (Raman & Hodes, 2012).

Os maus-tratos, podem ser avaliados de diversas formas: por observação, através dos processos das CPCJ, por autorrelato, entre outros. A grande maioria dos estudos utiliza o autorrelato, sobre as experiências de violência na infância, o autorrelato dos pais/educadores é também utilizado em alguns contextos, como por exemplo, quando as crianças são demasiado jovens ou incapazes de efetuar o autorrelato e quando os mesmos são eticamente passíveis de o realizar (De Los Reyes, 2013).

Um dos desafios no estudo dos maus-tratos é a sua medição, os instrumentos mais utilizados anteriormente na medição e avaliação dos maus-tratos, a Escala de Táticas de Conflito entre Pais e Filhos (Straus et al., 1998), e o Questionário de Vitimização Juvenil (Finkelhor et al., 2005), apresentavam algumas limitações concetuais e metodológicas. Por exemplo, a Escala de Táticas de Conflito entre Pais e Filhos (Straus et al., 1998), foi desenvolvida para medir conflitos conjugais, e posteriormente, foi adaptada no sentido de avaliar os comportamentos parentais e os maus-tratos em crianças. Apesar deste instrumento ter resultados favoráveis na medição dos maus-tratos, alguns itens não foram adaptados para a relação entre pais e filhos e, por isso, diversos comportamentos parentais não foram avaliados (Straus et al., 1998).

A missão da *International Society for the Prevention of Child Abuse and Neglect* (ISPCCAN) em conjunto com a UNICEF, focou-se em desenvolver um instrumento que suprisse as limitações dos instrumentos já existentes até à data como os

mencionados anteriormente e assim simplificar abordagens de medição comuns na avaliação dos maus-tratos em crianças (Runyan et al., 2009).

Consequentemente, surgiu na última década promovido pela *International Society for the Prevention of Child Abuse and Neglect* (ISPCAN) o *Child Abuse Screening Tools*, o instrumento da ICAST, que tem sido considerado um dos instrumentos mais promissores na avaliação dos maus-tratos (Yoon et al., 2020). Este instrumento é constituído por três versões: a ICAST-C (*Children version*), a ICAST-P (*Parent version*) e a ICAST-R (*Retrospective version*). A ISPCAN criou a ICAST com o objetivo de desenvolver medidas que permitissem uma recolha de dados comparável transnacionalmente nos maus-tratos contra crianças (Runyan et al., 2009).

A ICAST-P foi desenvolvida para ser utilizada em inquéritos aos pais de crianças menores de 18 anos relativamente às práticas disciplinares utilizadas, esta escala tem como objetivo medir os comportamentos parentais dirigidos às crianças e avalia as seguintes dimensões dos maus-tratos em crianças: disciplina não violenta, disciplina física (todos os tipos), disciplina física (menos severa), disciplina física severa, disciplina/castigo psicológico, negligência e abuso sexual. Estas subescalas ao nível da consistência interna apresentaram um bom desempenho, com exceção das subescalas da negligência e do abuso sexual (Runyan et al., 2009).

A ICAST-R foi desenvolvida para realizar questionários aos jovens entre os 18 e os 24 anos de idade, esta escala consiste em recolher informações sobre as experiências de violência vivenciadas pelos participantes antes dos 18 anos. Apesar de ser um questionário retrospectivo, as respostas dos estudos realizados foram consideradas confiáveis (Runyan et al., 2015).

A ICAST-C foi uma versão desenvolvida pela ISPCAN para ser administrada a crianças com mais de 11 anos de idade, de forma a recolher informações sobre episódios de maus-tratos ou violência. A versão da ICAST-C engloba também a ICAST-CH em que mede a violência doméstica e comunitária contra as crianças. A ISPCAN focou-se em garantir a revisão das questões éticas de todo o trabalho realizado com crianças, visto que, as questões éticas nesta faixa etária são de extrema importância de forma a assegurar e salvaguardar o bem-estar da criança, a inclusão de um questionário realizado às próprias crianças é fundamental, no sentido de perceber o seu ponto de vista e a veracidade do relato dos acontecimentos (Runyan et al., 2015).

O estudo original de desenvolvimento da ICAST avaliou os três instrumentos da ICAST ao nível da consistência interna utilizando o Alfa de Cronbach, sendo que, as três escalas apresentaram um nível razoavelmente bom em relação a esta medida. Porém, o estudo original aponta como limitação dos três instrumentos o facto da validade externa não ter sido avaliada nos testes pilotos (Runyan et al., 2009).

Após a versão original da ICAST, surgiram versões internacionais da escala que foram traduzidas em mais de 20 línguas, no entanto, a maior parte delas não estão validadas para as populações desses países (Silveira e Grassi-Oliveira, 2016).

Contudo, existem poucos estudos sobre as qualidades psicométricas das escalas e, por isso, é importante compreender e avaliar as propriedades psicométricas das versões já validadas. Existem disparidades na metodologia de tradução, procedimentos éticos, procedimentos de análise psicométrica e nos resultados psicométricos, nas versões validadas analisadas ao longo da presente revisão, como por exemplo na versão chinesa da ICAST-P (Chen et al., 2020), na versão da ICAST-C Indonésia (Dhamayanti et al., 2020) e na versão da ICAST-P dos Países dos Balcãs (Meinck et al., 2021).

Como os dados das versões validadas não são consensuais, é importante recolher informações de todas as versões validadas e por esse motivo surgiu a presente revisão sistemática, no sentido de sistematizar as informações sobre a qualidade das propriedades psicométricas destas mesmas escalas.

A presente revisão sistemática teve dois objetivos. O primeiro objetivo foi identificar e avaliar as metodologias e procedimentos éticos na recolha de dados nos estudos internacionais de validação psicométrica da ICAST. O segundo objetivo foi avaliar as propriedades psicométricas das versões internacionais da ICAST, de acordo com seis critérios postulados pelo sistema COSMIN (*Consensus-based Standards for the selection of health Measurement Instruments*), (Prinsen et al., 2018).

Método

A presente revisão sistemática seguiu a estrutura proposta pelo modelo PRISMA (Moher et al., 2015). De forma a compreender as tendências metodológicas, os objetivos e resultados da investigação concebida neste domínio procedeu-se a um levantamento sistemático da literatura científica até 2022, tendo como objetivo a identificação de estudos empíricos sobre a temática a ser estudada na presente revisão. Ocorreu a elaboração de uma pesquisa de artigos científicos indexados nas bases de dados

eletrônicas *Web of Science*, *Scopus*, *PubMed* e *Academic Search Complete*. Efetuou-se a seguinte estratégia de pesquisa: *ALL (ISPCAN Child Abuse Screening Tool OR ICAST)*.

A pesquisa bibliográfica foi circunscrita a artigos publicados em língua inglesa, portuguesa e espanhola. Posteriormente à eliminação dos artigos duplicados, foram analisados os títulos, resumos e as palavras-chave de todos os artigos identificados pela estratégia de pesquisa com o propósito de selecionar os artigos potencialmente elegíveis para a revisão. Em seguida foram consultados os artigos integralmente quando não foi possível determinar uma decisão pela inclusão ou exclusão da publicação por esses indicadores. Os estudos que obedeciam aos critérios foram analisados por dois investigadores, de forma independente, para a deliberação quanto à sua inclusão e extração de dados. As potências divergências entre os investigadores foram resolvidas através de discussão de modo a chegar a um acordo (coavaliação dos artigos).

Critérios de inclusão e exclusão

Foram definidos como critérios de inclusão: (1) artigo empírico que relate a examinação de propriedades psicométricas de uma versão internacional de, pelo menos, uma das três versões da ICAST (criança, pais, retrospectiva); (2) artigo publicado em revistas com revisão por pares. Como critérios de exclusão foram definidos os seguintes: (1) artigos redigidos em outras línguas, que não português, inglês ou espanhol; (2) resumos de dissertações ou conferências, (3) não estar relacionado com a ICAST, (4) não avaliar as propriedades psicométricas da ICAST, (5) ser uma revisão sistemática ou capítulos de livros.

Codificação dos estudos

Posteriormente à seleção dos estudos tendo sido aplicados os critérios de inclusão e de exclusão, os estudos incluídos na revisão foram codificados com os seguintes critérios: nome do autor, ano de publicação, país (localização dos estudos), idade dos participantes (variação da idade, ou média e desvio-padrão), descrição da população (amostra comunitária ou clínica) e propriedades psicométricas (validade de critério, validade estrutural, teste de hipóteses, fiabilidade, consistência interna e erro de medida).

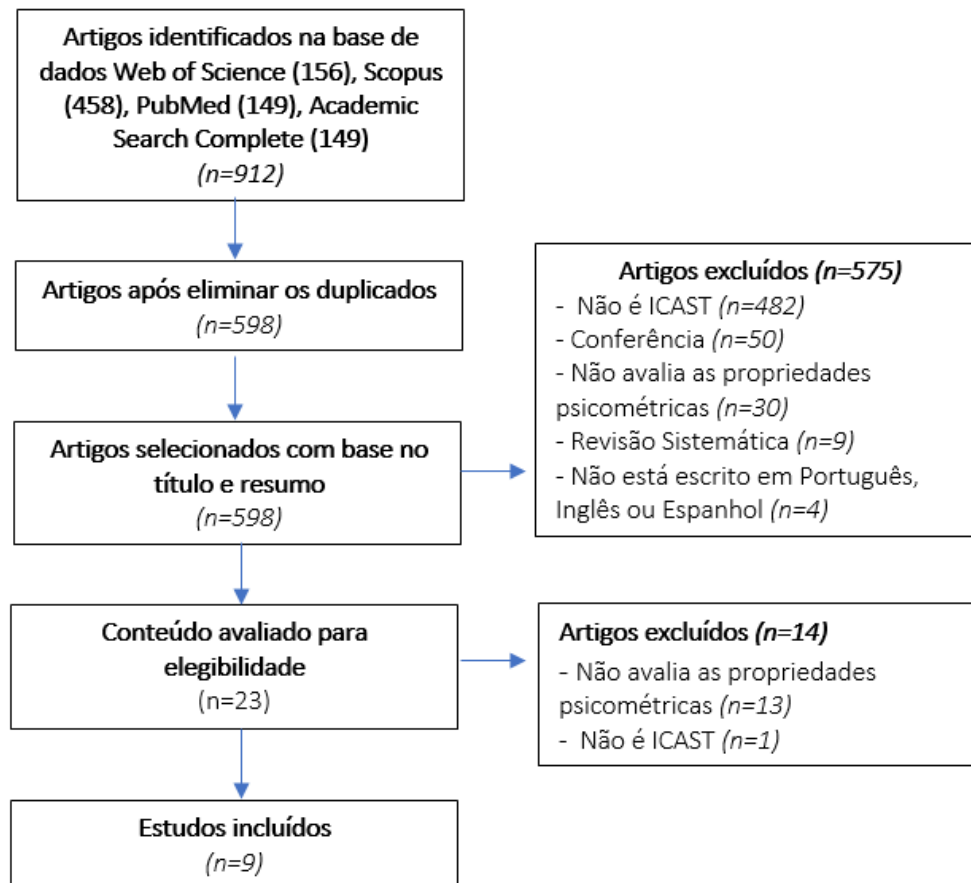
As propriedades psicométricas foram analisadas de acordo com as *guidelines* do sistema COSMIN (Prinsen et al., 2018), nomeadamente ao nível da (1) validade de critério que representa o grau em que as pontuações das medidas dos resultados dos participantes reflete um padrão de excelência, (2) validade estrutural que representa o

grau em que as pontuações das medidas dos resultados dos participantes refletem a dimensionalidade do construto a ser medido, (3) teste de hipóteses que inclui a validade de construto, representa o grau em que os resultados dos participantes são consistentes na relação com outros instrumentos, ou diferenças entre grupos, e medem validamente o construto a ser medido (4) fiabilidade, que representa a medida em que os resultados dos participantes não se alteram para medidas repetidas em condições diferentes, (5) consistência interna, é uma propriedade psicométrica que integra o domínio da fiabilidade, que representa o grau de interligação entre os itens e domínios, por fim, (6) erro de medida que representa o erro sistemático/aleatório dos resultados dos participantes que não é atribuível a mudanças no construto a ser medido (Prinsen et al., 2018). Este sistema já foi utilizado em diferentes revisões sistemáticas sobre propriedades psicométricas, como por exemplo na revisão sistemática sobre propriedades psicométricas de instrumentos que medem os maus-tratos a crianças em que participaram pais e cuidadores primários (Yoon et al., 2021).

Resultados

Seleção dos estudos

O procedimento de pesquisa realizado e a exclusão dos artigos nas diferentes etapas, está representado na Figura 1. Inicialmente identificou-se 912 artigos através da pesquisa nas diferentes bases de dados. Depois de serem excluídos os estudos duplicados, obteve-se um total de 598 artigos. No passo seguinte ocorreu a triagem dos títulos e resumos, com o intuito de identificar os estudos que examinavam a ICAST e as suas propriedades psicométricas, o que permitiu que fossem excluídos 575 artigos. Posteriormente, foi analisado o texto completo de 23 artigos, dos quais foram selecionados nove artigos que obedeceram aos critérios de inclusão de forma a serem integrados na revisão.

Figura 1.*Fluxograma da seleção dos estudos***Características gerais dos estudos**

Dois dos estudos incluídos na revisão foram desenvolvidos nos países dos Balcãs, Meinck et al. (2020) e Meinck et al. (2021), um dos estudos foi realizado num conjunto de seis países (Colômbia, Egito, Líbano, Malásia, Rússia, Índia), Runyan et al. (2009), tendo sido os restantes realizados em países diferentes, Malásia, Sahimi et al. (2020), China, Chen et al. (2020), Sri Lanka, Chandraratne et al. (2018), África do Sul, Meinck et al. (2018), Brasil, Silveira e Grassi-Oliveira (2016) e Indonésia, Dhamayanti et al. (2020).

Tabela 1. Síntese dos resultados dos estudos

Referência	País	Versão	Amostra (N), (M,) (DP) variação idade Amostra Comunitária/Clínica	Propriedades psicométricas					
				Validade de Critério	Validade Estrutural	Teste de Hipóteses	Fiabilidade	Consistência Interna	Erro de medida
1. Runyan et al. (2009)	6 países (Colômbia, Egito, Líbano, Malásia, Rússia, Índia)	ICAST-P	N = 697 M idade = NA Comunitária	-	-	-	+	+	-
2. Silveira e Grassi-Oliveira (2016)	Brasil	ICAST- C ICAS-R ICAST-P	N = 15 M idade = NA Comunitária	-	-	-	+	+	-
3. Meinck et al. (2018)	África do Sul	ICAST-Trial	N = 1104 M idade = 14 Clínica	+	+	-	+	+	-
4. Chandraratne et al. (2018)	Sri Lanka	ICAST-R	N = 195 M idade = 18.40 Comunitária	-	-	-	+	+	-
5. Chen et al. (2020)	China	ICAST-P	N = 1070 M idade = 12.6 Comunitária	-	+	-	+	+	-
6. Sahaimi et al. (2020)	Malásia	ICAST-CH	N = 253 M idade = 15.1 Comunitária	-	-	-	+	+	-
7. Dhamayanti et al. (2020)	Indonésia	ICAST-C	N = 480 M idade = 14.87 Comunitária	-	-	-	+	+	-
8. Meinck et al. (2020)	Países dos Balcãs ^a	ICAST-C	N = 42187 M idade = 13.9 Comunitária	-	-	-	+	+	+
9. Meinck et al. (2021)	Países dos Balcãs ^a	ICAST-P	N = 25202 M idade = NA Comunitária	-	+	-	+	+	-

^a Os países Albânia, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Croácia, Macedónia do Norte, Grécia, Roménia, Sérvia e Turquia.

+ Presente

- Ausente

No que concerne ao estudo da versão original da ICAST-P (Runyan et al., 2009), esta foi realizada através de testes piloto ocorridos em seis países diferentes (Colômbia, Egito, Líbano, Malásia, Rússia, Índia). Apesar de inicialmente estar previsto ocorrer em sete países, incluindo a República Democrática do Congo. No entanto, derivado a questões técnicas da introdução dos dados na base de dados e na transmissão dos mesmos para análise e após várias tentativas, os dados da amostra não se encontraram disponíveis e elegíveis para a realização da sua análise, e, portanto, a República Democrática do Congo não fez parte desta análise.

A amostra de conveniência definida foi de 120 participantes em cada amostra de cada país, participaram neste estudo 697 participantes. Os padrões de resposta nestes seis países comparativamente a padrões de resposta em inquéritos sobre disciplina realizados em outros países foram compatíveis. Em todos os países, exceto na Malásia e na Rússia, predominavam as crianças do sexo masculino. Em relação aos pais que preencheram o inquérito foi predominante os participantes do sexo feminino.

No estudo de validação da ICAST no Brasil (Silveira e Grassi-Oliveira et al., 2016), participaram na ICAST-P, cinco crianças com idades compreendidas entre os 10 e os 14 anos, na ICAST-R participaram cinco adultos entre os 18 e os 24 anos de idade, e participaram na ICAST-P, cinco pais com filhos em idade escolar e tinham entre 24 e 52 anos.

No estudo de validação da ICAST-Trial (Meinck et al., 2018), na África do Sul participaram 1104 participantes (502 adolescentes e 502 cuidadores). A amostra adolescente era composta por 41.3% do sexo feminino e tinha uma idade média de 14 anos de idade. A amostra dos cuidadores era quase na totalidade composta por cuidadores do sexo feminino e tinham uma idade média de 49.4 anos de idade.

No estudo realizado no Sri Lanka, da versão ICAST-R (Chandraratne et al., 2018), a amostra foi selecionada de forma aleatória em contexto escolar. Participaram neste estudo 195 estudantes (132 do sexo masculino), com idades compreendidas entre os 18 e 20 anos. A média de idades foi 18.40 anos.

Em relação à versão chinesa da ICAST-P (Chen et al., 2020), o estudo foi realizado através de duas amostras independentes, constituída por 173 pais (102 do sexo feminino), de duas pré-escolas e 897 pais (450 do sexo masculino), de outras seis pré-escolas.

O estudo realizado na Malásia sobre a versão ICAST-CH (Sahaimi et al., 2020), foi concretizado com uma amostra aleatória de 253 participantes (129 do sexo feminino), com idades compreendidas entre os 13 e 17 anos. A média de idades foi de 15 anos.

No que concerne à versão da ICAST-C Indonésia (Dhamayanti et al., 2020), participaram 480 estudantes (248 do sexo feminino). Os participantes tinham idades compreendidas entre os 11 e os 18 anos, sendo a média de idades de 14.87 anos.

O estudo realizado nos Países dos Balcãs, da versão ICAST-C (Meinck et al., 2020), foi também efetuado através de dados secundários do Estudo Epidemiológico dos Balcãs sobre o Abuso e Negligência Infantil (BECAN). Foi realizado em nove países: Albânia, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Croácia, Macedónia do Norte, Grécia, Roménia, Sérvia e Turquia. Participaram neste estudo 42.187 crianças, com balanceamento de género e idades compreendidas entre os 11 e os 16 anos.

No que concerne à versão da ICAST-P dos Países dos Balcãs (Meinck et al., 2021), este estudo utilizou dados secundários do Estudo Epidemiológico dos Balcãs sobre Abuso e Negligência Infantil (BECAN). Participaram neste estudo 25.202 prestadores de cuidados. Em todos os países, a maioria dos participantes eram mães, representando cerca de 70 % e 85 % dos inquiridos. Mais de 50 % das crianças eram do sexo feminino, sendo que as crianças foram igualmente distribuídas por faixas etárias, entre os 10-12 anos de idade, 13-15 anos de idade e 16-18 anos de idade.

Procedimentos éticos e metodológicos de recolha de dados

No que concerne ao estudo da versão original da ICAST-P (Runyan et al., 2009), todos os investigadores que fizeram parte deste estudo foram convidados a realizar uma formação online da Iniciativa de Formação Institucional Colaborativa (CITI) sobre a ética na investigação, sendo o respeito pelos direitos dos participantes a parte fulcral da formação. O protocolo do estudo foi aprovado pela comissão de análise ética da ISPCAN. Em todos os países, foi solicitado aos pais que caso tivessem mais que uma criança no seu agregado familiar, para escolher uma destas e responder ao questionário sobre essa mesma criança. No artigo de validação, não foram abordadas as questões do consentimento informado.

No estudo de validação da ICAST no Brasil (Silveira e Grassi-Oliveira et al., 2016), todos os participantes assinaram um consentimento informado, incluindo os pais/cuidadores primários, e as instituições. O estudo foi aprovado pela comissão de ética.

O estudo de validação da ICAST-Trial (Meinck et al., 2018), na África do Sul, foi realizado com a aprovação ética dada pelos conselhos de revisão das Universidades de Oxford, da Cidade do Cabo e pelos Departamentos de Desenvolvimento Social e Educação do Governo Provincial do Cabo Oriental na África do Sul. O consentimento informado foi obtido junto dos adolescentes, como dos seus cuidadores primários para todas as fases de estudo. A confidencialidade foi mantida ao longo de todo o estudo, exceto quando os participantes estavam em risco ou pediam assistência. Foi assegurado o princípio da privacidade e da confidencialidade durante o processo de entrevista. Os entrevistadores foram especificamente formados para trabalhar com adolescentes e prestadores de cuidados vulneráveis e para lidar com a revelação, privacidade e confidencialidade. Foram dadas compensações materiais aos participantes (e.i., material escolar).

No estudo realizado no Sri Lanka da versão ICAST-R (Chandraratne et al., 2018), que foi efetuado em contexto escolar, a amostra foi selecionada de forma aleatória e foi obtida a autorização junto da ISPCAN para a realização da validação da ICAST-R para a população do Sri Lanka. O protocolo foi aprovado pelo Comité de Revisão de Ética da Associação Médica do Sri Lanka. Após ter sido obtida a aprovação administrativa do Ministério da Educação do Sri Lanka e a posterior autorização dos diretores de cada escola, o objetivo do estudo foi explicado aos alunos com a utilização de uma ficha de informação, onde foi também assegurada a confidencialidade. Os participantes assinaram o formulário de declaração de consentimento informado.

Em relação à versão chinesa da ICAST-P (Chen et al., 2020), o estudo foi aprovado pela comissão de ética da instituição dos autores, os procedimentos éticos do presente estudo foram realizados de forma a garantir a segurança dos participantes. Foi desenvolvido um consentimento informado e solicitado a todos os participantes que assinassem o mesmo, sendo descritos os objetivos do estudo e dada a garantia que as respostas fornecidas eram anónimas e de uso exclusivo para fins de investigação. Posteriormente à assinatura do consentimento informado, ocorreu a recolha dos dados.

O estudo realizado na Malásia sobre a versão ICAST-CH (Sahaimi et al., 2020), foi aprovado pelo Comité de Ética de Investigação da Universidade de Ciências da Malásia. A recolha dos dados ocorreu em quatro ocasiões diferentes dentro de um período de duas semanas. Foi obtido um consentimento informado, por parte dos pais e dos estudantes. O investigador principal assegurou que toda a informação fornecida pelos

estudantes neste estudo, era confidencial e foi também explicado aos estudantes, que poderiam tirar dúvidas e fazer questões relativamente ao estudo antes de responderem aos questionários, nos seus respetivos ambientes de sala de aula. Foi fornecida aos alunos a opção de não participar no estudo ou desistirem em qualquer altura, se assim o desejassem.

No que concerne à versão da ICAST-C Indonésia (Dhamayanti et al., 2020), a recolha ocorreu em contexto de sala de aula e presencialmente. Após ter sido recolhido o consentimento informado, foi preenchido o questionário de forma anónima. A recolha foi realizada na presença do professor e de um investigador assistente. O estudo foi aprovado pela comissão de ética em investigação e em saúde.

O estudo realizado nos Países dos Balcãs, da versão ICAST-C (Meinck et al., 2020), foi efetuado através de dados secundários do Estudo Epidemiológico dos Balcãs sobre Abuso e Negligência Infantil (BECAN). Para a seleção da amostra, foram obtidos dados dos Ministérios da Educação de cada país sobre a população infantil e o número de escolas por região. Após esse processo, as escolas foram selecionadas aleatoriamente. A aplicação de questionários seguiu um protocolo padrão nos nove países participantes. Os investigadores eram profissionais certificados (e.i., assistentes sociais ou psicólogos) e receberam formação extensiva em entrevistar crianças vulneráveis sobre temas sensíveis. Os questionários foram realizados em contexto de sala de aula, na presença dos investigadores, para responder a quaisquer perguntas ou apoiar os participantes caso necessário.

As autoridades educativas de cada país deram autorização para conduzir a investigação no âmbito escolar. Foram também criados conselhos consultivos de ética independentes em cada país, no sentido de fornecer supervisão e orientação. Estes conselhos consultivos de ética locais independentes, foram supervisionados por um conselho de ética internacional. As crianças que participaram no estudo, não receberam nenhum tipo de compensação pela participação.

No que concerne à versão da ICAST-P dos Países dos Balcãs (Meinck et al., 2021), os procedimentos do consentimento informado variaram de país para país e estes foram preenchidos pelos cuidadores e pelas crianças. A administração dos questionários seguiu um protocolo padrão nos nove países. O questionário foi entregue e devolvido num envelope selado, respeitando assim o anonimato dos participantes e dos seus dados.

Análise das propriedades psicométricas das versões internacionais da ICAST

No que concerne às propriedades psicométricas, o artigo da versão original da ICAST-P (Runyan et al., 2009), avaliou a consistência interna. Ao nível da consistência interna, a subescala de disciplina não violenta, toda a disciplina física, disciplina física severa, disciplina física menos severa e disciplina psicológica demonstraram uma consistência interna muito boa com um Alfa de Cronbach entre 0.77 e 0.88. Já a subescala da negligência e a subescala do abuso sexual, obtiveram uma consistência interna muito mais fraca comparativamente com as outras subescalas.

No estudo de validação da ICAST no Brasil (Silveira e Grassi-Oliveira et al., 2016), foi avaliada a consistência interna. No que diz respeito à consistência interna da ICAST-C, a exposição à violência, o abuso físico, abuso emocional, abuso sexual e negligência no ambiente familiar demonstraram uma boa consistência interna, em semelhança, à exposição à violência física, violência emocional e violência sexual no ambiente escolar e de trabalho que também demonstraram uma boa consistência interna através do Alfa de Cronbach, por sua vez, a consistência interna da ICAST-P, nas subescalas de práticas de disciplina não violenta, práticas de disciplina violenta e abuso emocional foi adequada. Contudo, na subescala do abuso sexual e na subescala da negligência a consistência interna demonstrou-se insatisfatória. Já no que diz respeito à consistência interna da ICAST-R, nas questões sobre abuso sexual a consistência interna foi elevada, e nas questões de abuso físico e abuso emocional a consistência interna foi moderada.

No estudo de validação da ICAST-Trial na África do Sul (Meinck et al., 2018), os critérios foram avaliados separadamente para os adolescentes e para os cuidadores, sendo que, os critérios avaliados foram os seguintes, validade de critério, validade estrutural e consistência interna. Após uma análise aprofundada, foram eliminados dois itens devido à sua ambiguidade. Tanto na versão dos adolescentes, como na versão de cuidador, os itens negligenciados foram alterados para explicitamente declararem que os comportamentos negligentes ocorreram.

A versão final da ICAST-Trial sul-africana dos adolescentes, foi constituída por 25 itens, em que a subescala de abuso físico constituída por quatro itens, a subescala de abuso emocional com oito itens, testemunha de violência doméstica com dois itens, assédio sexual com três itens, abuso sexual de contacto com três itens e a negligência com cinco itens. A consistência interna variou de 0.68 a 0.88. Na versão dos cuidadores, foram

removidos seis itens, devido à sua ambiguidade na formulação e interpretação dos mesmos. A versão final da ICAST-Trial para cuidadores, foi constituída por 14 itens, a subescala do abuso físico com seis itens, a subescala do abuso emocional com quatro itens, a subescala do abuso sexual de contacto com seis itens e a subescala de negligência com dois itens. A consistência interna, no abuso emocional, abuso sexual por contacto e negligência demonstrou-se empobrecida, mas, por outro lado, o abuso físico demonstrou uma boa consistência interna.

No artigo da versão ICAST-R do Sri Lanka (Chandraratne et al., 2018), foram avaliadas as seguintes propriedades psicométricas, fiabilidade e consistência interna. A consistência interna do instrumento da ICAST-R foi avaliada através do Alfa de Cronbach que foi de 0.71. Em relação às subescalas da ICAST-R, a subescala do abuso sexual foi a que demonstrou uma maior consistência interna de 0.84, já a subescala do abuso emocional obteve um Alfa de Cronbach de 0.64 e o abuso físico de 0.40. A fiabilidade foi avaliada através do Kappa de Cohen, tendo sido, a subescala do abuso físico com gravidade que demonstrou uma maior fiabilidade com um Cohen's Kappa de 1.0.

Em relação à versão chinesa da ICAST-P (Chen et al., 2020), foram avaliados os seguintes critérios, validade estrutural, fiabilidade e consistência interna. Os resultados da consistência interna nas correlações item-subescala foram todos significativos, em que apenas foi removido um item, uma vez que, os restantes foram considerados aceitáveis. O Alfa de Cronbach das subescalas variam entre 0.62 e 0.78. A versão final, foi constituída por 40 itens, dividida em cinco subescalas, disciplina não-violenta (seis itens), disciplina física severa (cinco itens), disciplina física moderada (12 itens), disciplina psicológica (12 itens), e negligência (cinco itens). A validade de construto foi analisada através da análise fatorial confirmatória. Os índices das subescalas, demonstraram que a subescala de negligência era considerado bom, e as restantes quatro subescalas consideradas aceitáveis.

O estudo realizado na Malásia da versão ICAST-CH (Sahaimi et al., 2020), avaliou os seguintes critérios, fiabilidade e consistência interna. Ao nível da consistência interna, foi necessário eliminar 10 itens, para que a consistência interna fosse aceitável entre 0.59 e 0.57. A validade de construto demonstrou um valor superior ao mínimo exigido para uma amostra adequada. O questionário foi composto por 46 questões, a subescala do abuso psicológico e físico foi constituída por oito itens, a subescala da negligência foi composta por sete itens, a subescala de abuso sexual foi constituída por

cinco itens, a subescala da violência doméstica foi constituída por dois itens, e a violência comunitária com cinco itens, com uma consistência interna aceitável.

No que concerne às propriedades psicométricas, a versão da ICAST-C Indonésia (Dhamayanti et al., 2020), avaliou a consistência interna. A fiabilidade foi avaliada através da consistência interna, um domínio ou grupo de itens era considerado fiável se o coeficiente de fiabilidade fosse ≥ 0.7 . Os domínios de negligência e exposição à violência foram considerados pouco fiáveis, apesar de, no total, dos 59 itens, o coeficiente de fiabilidade foi de 0.9, sendo que, a versão da ICAST-C Indonésia, foi considerada válida e fiável. Em relação à validade estrutural, no domínio da exposição constituído por sete itens dois itens não eram válidos, no domínio da violência psicológica formada por 19 itens três itens não eram válidos, no domínio da violência física apenas um item foi considerado inválido, no domínio da negligência dos 11 itens três foram considerados inválidos, no domínio do abuso sexual as quatro variáveis foram consideradas válidas.

O artigo da versão ICAST-C, dos Países Balcãs (Meinck et al., 2020), avaliou as seguintes propriedades psicométricas, fiabilidade, erro de medida e consistência interna. Ao nível da consistência interna da ICAST-C em todos os países, a subescala da violência física e violência psicológica demonstraram uma boa fiabilidade, já a negligência apresentou uma fiabilidade adequada e a violência doméstica uma fiabilidade pobre em todos os países, sendo que, a violência sexual possuiu uma fiabilidade positiva em oito países. Também foi avaliado o erro de medição, realizada através de uma análise fatorial confirmatória multigrupo, para realizar comparações significativas entre diferentes grupos em que a medida foi aplicada.

No que concerne à versão da ICAST-P dos Países dos Balcãs (Meinck et al., 2021), foram avaliados os seguintes critérios, validade estrutural, fiabilidade e consistência interna. Foi realizada uma análise fatorial confirmatória (modelo de quadro dimensões e análise bifatorial), ao nível da consistência interna, para o modelo de quatro dimensões, a ICAST-P, demonstrou uma boa fiabilidade para as subescalas da violência física e violência psicológica, e uma fiabilidade fraca nas subescalas de abuso sexual e negligência. Para o modelo bifatorial, a ICAST-P, demonstrou uma consistência interna boa nas subescalas de violência física, violência sexual, violência psicológica e negligência.

Discussão

A presente revisão sistemática teve dois objetivos. O primeiro foi identificar e avaliar as metodologias e procedimentos éticos na recolha de dados nos estudos internacionais de validação psicométrica da ICAST. O segundo objetivo foi avaliar as propriedades psicométricas das versões internacionais da ICAST, de acordo com seis critérios postulados pelo sistema COSMIN (*Consensus-based Standards for the selection of health Measurement Instruments*) (Prinsen et al., 2018).

Foram incluídos nove estudos internacionais de validação das escalas ICAST, realizados em países de diferentes continentes e com diferentes enquadramentos culturais e sociopolíticos, existindo resultados psicométricos para as diferentes versões de resposta da ICAST (i.e., ICAST-C e ICAST-CH, a ICAST-P, a ICAST-R e também foi identificada a ICAST-Trial).

Relativamente às metodologias e os procedimentos éticos, todos os estudos analisados foram aprovados por comissões éticas para a sua posterior implementação.

Ao nível da recolha dos dados nos estudos incluídos na revisão, os participantes dos estudos não receberam qualquer tipo de compensação monetária ou material, à exceção do estudo da validação da ICAST-Trial na África do Sul (Meinck et al., 2018). No que respeita ao consentimento informado, verificou-se que os estudos analisados, utilizaram o consentimento informado na recolha de dados, com a exceção do estudo da versão original da ICAST-P (Runyan et al., 2009) que não apresenta informações sobre o consentimento informado.

No que diz respeito ao consentimento informado, é comum ser obtido não só por parte da criança, mas também por parte dos pais ou cuidadores, sendo que, a temática do consentimento informado nos maus-tratos pode gerar debate, quando existe maus-tratos na sua maioria os perpetradores são os pais/cuidadores, e podem não consentir que as crianças preencham os questionários de forma a não denunciarem as práticas de violência dos mesmos (Smith, 2016). No entanto, alguns investigadores concordam que podem ser utilizadas abordagens que sejam legais, éticas e metodologicamente robustas na recolha de dados sobre maus-tratos a crianças (Jason, 2018).

Na medida em que, as questões éticas sejam asseguradas e respeitadas, é importante anteriormente à implementação do estudo, existir uma supervisão e aprovação ética, por parte de algum organismo de referência no país, especializado nestas questões

e sobre a temática abordada, neste caso, uma temática sensível como é os maus-tratos contra crianças. Esta aprovação ética permite que a implementação do estudo cumpra e respeite as recomendações e procedimentos que devem ser utilizados no decorrer da investigação (Kyegombe et al., 2019). Como referido anteriormente, todos os estudos analisados na presente revisão sistemática, foram aprovados por uma comissão de ética.

Segundo Powell et al. (2012), a investigação e a literatura ainda é muito escassa, sobre as metodologias que devem ser utilizadas e a adaptação que deve ocorrer mediante os diferentes contextos culturais e locais. Assim, os procedimentos éticos têm de ser ajustados mediante o contexto onde são implementados os estudos e conduzida a investigação, sendo, por isso, uma preocupação os locais onde são realizados os questionários ou entrevistas (Smith, 2016). No artigo de validação da ICAST-Trial na África do Sul (Meinck et al., 2018), mediante o contexto, os investigadores tiveram o cuidado de atribuir entrevistadores diferentes a cuidadores e adolescentes, sendo que, as entrevistas ocorreram em locais isolados para garantir a privacidade dos participantes.

Outra consideração ética tida em conta no manual da ISPCAN correlaciona-se com a questão de serem avaliadas as suspeitas de maus-tratos ou até mesmo serem revelados episódios de maus-tratos pelas crianças, no preenchimento de questionários, ou na realização de entrevistas. Caso aconteça, como devem comportar-se os investigadores, que passos devem ser realizados a seguir, visto que, não existe um comportamento padrão, a ter tido em conta pelos investigadores na área dos maus-tratos e violência contra crianças, e por vezes, podem não tomar a melhor decisão quando são confrontados com este tipo de situações (Smith, 2016).

No estudo da versão original da ICAST-P (Runyan et al., 2009) é referido que muitos países não dispõem de uma proteção governamental especializada para crianças. E a questão que se coloca é se as crianças que relatam ter sido vítimas de abuso infantil no contexto de uma organização social deverá ser denunciado pelos investigadores, sendo que, os princípios éticos da investigação incluem não prejudicar os participantes, visto que, a apresentação de relatórios às autoridades poderá resultar num processo penal ou no afastamento da criança de casa. Por outro lado, alguns investigadores argumentaram que a denúncia dos maus-tratos a crianças aos serviços especializados é um benefício e não um risco, uma vez que a intervenção se destina a protegê-las, é mencionado no estudo que esta controvérsia não foi resolvida.

No seguimento da questão anterior, surge um dilema ético no que concerne aos limites da confidencialidade e até onde os mesmos devem persistir. Se uma criança revelar episódios de maus-tratos e estes ainda representem atualmente uma ameaça para a criança enquanto participante do estudo, o que deve ser feito pelos investigadores. As opiniões dividem-se, entre os investigadores que quebrariam a confidencialidade de forma a denunciar os maus-tratos e proteger a criança, mesmo que a criança não consentisse esta quebra da confidencialidade e de uma forma oposta, existem investigadores que defendem que não se deve quebrar a confidencialidade e realizar a posterior de denúncia, sem antes obter o consentimento e aprovação por parte da criança (Powell, 2012). Por exemplo, no estudo de validação da ICAST-T (Meinck et al., 2018), na África do Sul, foi mantida a confidencialidade no decorrer do estudo, à exceção de quando foi percebido que os participantes estavam em risco ou pediram assistência, os investigadores no final das entrevistas reuniram-se com os participantes que poderiam estar em risco, tendo sido realizadas 31 referências para encaminhamento de apoio e acompanhamento dos serviços de proteção infantil ou de saúde para adolescentes devido a violação, abuso físico ou emocional grave, saúde precária ou ideação suicida.

O segundo objetivo pretendia avaliar as propriedades psicométricas das versões da ICAST, de acordo com seis critérios postulados no sistema COSMIN, os critérios avaliados foram os seguintes: validade de critério, validade estrutural, teste de hipóteses, fiabilidade, consistência interna e erro de medida.

Nos resultados dos estudos, em relação aos critérios avaliados do sistema COSMIN, nenhum dos nove estudos, avaliou todos os seis critérios deste sistema, no entanto todos os estudos deram especial relevância à consistência interna, e, portanto, em todos eles este critério foi medido e avaliado. A validade de critério foi avaliada apenas no estudo de validação da ICAST-Trial (Meinck et al., 2018), na África do Sul. Nenhum dos nove estudos avaliou o teste de hipóteses, já a validade estrutural foi avaliada em três estudos. O único estudo que avaliou o erro de medida foi o artigo da versão ICAST-C dos Países Balcãs (Meinck et al., 2020).

É possível inferir que o estudo de validação da ICAST-T (Meinck et al., 2018), na África do Sul, foi o estudo que analisou mais propriedades psicométricas, não mediu apenas a propriedade psicométrica do erro de medição e o teste de hipóteses.

Ao nível da consistência interna, no artigo da versão original da ICAST-P (Runyan et al., 2009), a subescala da negligência e a subescala do abuso sexual, obtiveram

uma consistência interna muito mais fraca comparativamente com as outras subescalas, no artigo da versão da ICAST-C Indonésia (Dhamayanti et al., 2020) os domínios de negligência e exposição à violência foram considerados pouco fiáveis, na versão da ICAST-P dos Países dos Balcãs (Meinck et al., 2021), as subescalas de abuso sexual e negligência demonstraram uma fiabilidade fraca, no artigo da versão ICAST-C dos Países Balcãs (Meinck et al., 2020), a violência doméstica apresentou uma fiabilidade pobre em todos os países, no estudo de validação da ICAST-T na África do Sul (Meinck et al., 2018), a consistência interna, no abuso emocional, abuso sexual por contacto e negligência demonstrou-se pobre, no estudo de validação da ICAST no Brasil (Silveira e Grassi-Oliveira et al., 2016), nomeadamente a ICAST-P, na subescala do abuso sexual e na subescala da negligência a consistência interna demonstrou-se insatisfatória. Pode inferir-se que há semelhança nos níveis de consistência interna das subescalas nos diferentes estudos de validação, sendo que a subescala do abuso sexual e da negligência apresentam uma consistência mais fraca.

De acordo com o sistema COSMIN, a avaliação da qualidade dos resultados é avaliada através de três domínios, a fiabilidade, a validade, e a capacidade de resposta. Dentro de cada domínio existe as propriedades psicométricas que avaliam a qualidade dos instrumentos a serem medidos. O domínio da fiabilidade inclui três propriedades psicométricas: consistência interna, fiabilidade, e erro de medição. O domínio da validade inclui: a validade do conteúdo, validade estrutural, teste de hipóteses para a validade de construto, validade transcultural e validade de critério. Por último o domínio de capacidade de resposta contém apenas uma propriedade psicométrica, que também se denomina de capacidade de resposta (Prinsen et al., 2018).

A capacidade de resposta não foi considerada para esta revisão, porque a avaliação da capacidade de resposta exigiria a revisão de todos os estudos que utilizaram os instrumentos identificados como medida de resultado e exigiria uma estratégia de pesquisa completamente diferente. Contudo, podemos inferir que o domínio amplamente avaliado nos estudos foi o domínio da fiabilidade, por sua vez, o domínio da validade foi avaliado apenas em três dos nove estudos analisados, o que revela uma avaliação aquém do que seria esperado, sendo que seria importante em estudos futuros avaliar os três domínios de forma a ter uma avaliação da qualidade fidedigna no seu todo. Seria importante numa futura validação do instrumento da ICAST, os investigadores darem

especial atenção às questões das propriedades psicométricas, de forma a serem avaliadas e analisadas com rigor, no sentido de obter uma avaliação robusta dos resultados obtidos.

Ao nível das limitações, foi apresentado em alguns dos estudos analisados anteriormente, que uma das limitações seria o facto dos estudos de validação não terem avaliado o erro de medida, o que permitiria perceber se os grupos de diferentes origens culturais ou de diferentes géneros interpretariam determinada medida de forma semelhante.

A presente revisão sistemática, ao analisar e avaliar as propriedades psicométricas, mas também, os procedimentos éticos utilizados nos diferentes estudos de validação das escalas da ICAST, em diferentes países permite compreender os aspetos fundamentais na condução de uma investigação realizada no âmbito da temática sensível dos maus-tratos, e a dificuldade da implementação de estudos nesta área.

Para a realização de estudos futuros, a presente revisão pode tornar-se útil, no sentido em que apresenta uma compilação sobre os estudos de validação dos instrumentos da ICAST em diferentes países, tornando-se uma mais valia para a posterior validação da ICAST para a população portuguesa, servindo de suporte para avaliar as propriedades psicométricas mais relevantes, de forma a obter resultados robustos e fiáveis e uma reflexão sobre os procedimentos éticos e metodológicos a adotar na recolha de dados. Esta revisão apresenta e define o conjunto de domínios e propriedades que devem ser avaliados na validação de um instrumento, poderá ajudar os investigadores a compreenderem as etapas que devem ocorrer aquando da realização da validação da ICAST, no sentido, de se tornar um instrumento útil para os profissionais que trabalham na área da medição e avaliação dos maus-tratos a crianças.

No que concerne às implicações para a prática clínica, a psicoterapia com crianças que sofrem ou sofreram de maus-tratos debruça-se sobre as experiências abusivas vividas pelas crianças, a severidade e o impacto que estas experiências tem na vida das mesmas, os maus-tratos representam uma temática delicada, que em muitos casos é difícil para a criança relatar estas experiências que viveram por representarem episódios traumáticos nas suas vidas. Os questionários da ICAST podem ter um papel fundamental no acesso e compreensão de informação sobre as experiências de maus-tratos pelas quais as crianças já passaram. Sendo que, caso tenham ocorrido maus-tratos, a utilização dos instrumentos da ICAST e entrevistas sobre o trauma na avaliação clínica, pode tornar-se uma mais valia

na compreensão da extensão dos maus-tratos sejam estes perpetrados pelos pais, cuidadores ou outros elementos (Lobbestael et al., 2009).

De acordo com a Ordem dos Psicólogos Portugueses (2017), os psicólogos que realizam avaliação e intervenção na área dos maus-tratos deparam-se com algumas dificuldades, não só com a complexidade dos casos em si, mas também nos procedimentos metodológicos e psicométricos indefinidos, esta revisão pode ser vantajosa para a prática clínica, no sentido em que pretende impulsionar a validação de um instrumento que poderá revelar-se uma mais valia na avaliação dos maus-tratos realizada pelos profissionais em psicologia.

É importante também abordar a desvalorização da avaliação e intervenção psicológica específica dos psicólogos na área dos maus-tratos, muitas vezes estes processos são encaminhados para a CPCJ, e o acompanhamento dos casos é realizado por assistentes sociais, entre outros profissionais, sem que ocorra o acompanhamento por parte de um psicólogo clínico, a adaptação e validação da ICAST é importante para a utilização de um instrumento que ofereça respostas às necessidades da avaliação empiricamente validada sobre maus-tratos. Os contributos da investigação empírica da psicologia tornam-se uma mais valia para uma correta avaliação e intervenção nos maus-tratos a crianças.

Referências

- Andrews, G., Corry, J., Slade, T., Issakidis, C., & Swanston, H. (2004). Child sexual abuse. Comparative quantification of health risks: Global and regional burden of disease attributable to selected major risk factors, 1851-940.
- Chandraratne, N. K., Fernando, A. D., & Gunawardena, N. (2018). Cultural adaptation, translation and validation of the ISPCAN Child Abuse Screening Tool–Retrospective Version (ICAST-R) for young adults in Sri Lanka. *Child Abuse & Neglect*, 84, 11-22. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.07.009>
- Chen, C., Wang, X., Qin, J., & Huang, Z. (2020). Psychometric testing of the Chinese version of ISPCAN Child Abuse Screening Tools Parent’s version (ICAST-P). *Children and Youth Services Review*, 109, 104715. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2019.104715>
- De Los Reyes, A. (2013). Strategic objectives for improving understanding of informant discrepancies in developmental psychopathology research. *Development and Psychopathology*, 25(3), 669–682. <https://doi.org/10.1017/S0954579413000096>
- Dhamayanti, M., Rachmawati, A. D., & Noviandhari, A. (2020). Validity and reliability update of the Indonesian version of International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect-Child Abuse Screening Tool (ICAST-C). *Paediatrica Indonesiana*, 60(4), 218-23. <https://doi.org/10.14238/pi60.4.2020.218-23>
- Finkelhor, D., Hamby, S. L., Omrod, R., & Turner, H. (2005). The Juvenile Victimization Questionnaire: Reliability, validity, and national norms. *Child Abuse & Neglect*, 29, 383–412. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2004.11.001>
- Harsha, N., Lynch, M. A., & Giacaman, R. (2020). Child abuse in the West Bank of the occupied Palestinian territory: social and political determinants. *BMC public health*, 20(1), 1-10. <https://doi.org/10.1186/s12889-020-09251-x>

- Hillis, S., Mercy, J., Amobi, A., & Kress, H. (2016). Global prevalence of past-year violence against children: A systematic review and minimum estimates. *Pediatrics*, 137, 1–13. <https://doi.org/10.1542/peds.2015-4079>
- Janson, S. (2018). Epidemiological Studies of Child Maltreatment: Difficulties and Possibilities. In *Pediatric Epidemiology* (Vol. 21, pp. 16-29). Karger Publishers. <https://doi.org/10.1159/000481320>
- Kyegombe, N., Banks, L. M., Kelly, S., Kuper, H., & Devries, K. M. (2019). How to conduct good quality research on violence against children with disabilities: key ethical, measurement, and research principles. *BMC public health*, 19(1), 1-14. <https://doi.org/10.1186/s12889-019-7456-z>
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (2002). World report on violence and health [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(02\)11133-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(02)11133-0)
- Leeb, R. T. (2008). Child maltreatment surveillance: Uniform definitions for public health and recommended data elements. *Centers for Disease Control and Prevention, National Center for Injury Prevention and Control*.
- Lobbestael, J., Arntz, A., Harkema-Schouten, P., & Bernstein, D. (2009). Development and psychometric evaluation of a new assessment method for childhood maltreatment experiences: The interview for traumatic events in childhood (ITEC). *Child Abuse & Neglect*, 33(8), 505-517.
- Meinck, F., Boyes, M. E., Cluver, L., Ward, C. L., Schmidt, P., DeStone, S., & Dunne, M. P. (2018). Adaptation and psychometric properties of the ISPCAN Child Abuse Screening Tool for use in trials (ICAST-Trial) among South African adolescents and their primary caregivers. *Child abuse & neglect*, 82, 45-58. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2018.05.022>

- Meinck, F., Murray, A. L., Dunne, M. P., Schmidt, P., & Nikolaidis, G. (2021). Factor structure and internal consistency of the ISPCAN Child Abuse Screening Tool Parent Version (ICAST-P) in a cross-country pooled data set in nine Balkan countries. *Child Abuse & Neglect*, 115, 105007. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105007>
- Meinck, F., Murray, A. L., Dunne, M. P., Schmidt, P., Nikolaidis, G., Petroulaki, K., & Browne, K. (2020). Measuring violence against children: The adequacy of the International Society for the Prevention of Child Abuse and Neglect (ISPCAN) child abuse screening tool-Child version in 9 Balkan countries. *Child Abuse & Neglect*, 108, 104636. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2020.104636>
- Moher, D., Shamseer, L., Clarke, M., Ghersi, D., Liberati, A., Petticrew, M., & Stewart, L. A. (2015). Preferred reporting items for systematic review and meta-analysis protocols (PRISMA-P) 2015 statement. *Systematic reviews*, 4(1), 1-9. <https://doi: 10.5123/S1679-49742015000200017>
- Norman, R. E., Byambaa, M., De, R., Butchart, A., Scott, J., & Vos, T. (2012). The long-term health consequences of child physical abuse, emotional abuse, and neglect: a systematic review and meta-analysis. *PLoS med*, 9(11), e1001349. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1001349>
- Ondersma, S. J., Chaffin, M. J., Mullins, S. M., & LeBreton, J. M. (2005). A brief form of the child abuse potential inventory: development and validation. *Journal of clinical child and adolescent psychology*, 34(2), 301-311. https://doi.org/10.1207/s15374424jccp3402_9
- Ordem dos Psicólogos Portugueses. (2017). Psicologia no âmbito da proteção das crianças e jovens em risco. *Linhas de orientação para a prática profissional*, 1-35.

- Powell, M. A. (2012). Ethical principles, dilemmas and risks in collecting data on violence against children: A review of available literature. *The global Child Protection Monitoring and Evaluation Reference Group*.
- Powell, M. A., Fitzgerald, R. M., Taylor, N., & Graham, A. (2012). International literature review: Ethical issues in undertaking research with children and young people. *Childwatch International Research Network*.
- Prinsen, C. A. C., Mokkink, L. B., Bouter, L. M., Alonso, J., Patrick, D. L., de Vet, H. C. W., & Terwee, C. B. (2018). COSMIN guideline for systematic reviews of patient-reported outcome measures. *Quality of Life Research*, 27(5), 1147–1157. <https://doi.org/10.1007/s11136-018-1798-3>
- Raman, S., & Hodes, D. (2012). Cultural issues in child maltreatment. *Journal of Pediatrics and Child Health*, 48, 30–37
<https://doi.org/10.1111/j.1440-1754.2011.02184.x>
- Runyan, D., Brandspigel, S., Zolotor, A., & Dunne, M. (2015). Manual for administration: The ISPCAN child abuse screening tool (ICAST). *Aurora: International Society for the Prevention of Child Abuse and Neglect*.
- Runyan, D. K., Dunne, M. P., & Zolotor, A. J. (2009). Introduction to the development of the ISPCAN child abuse screening tools. *Child abuse & neglect*, 33(11), 842-845. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2009.08.003>
- Runyan, D. K., Dunne, M. P., Zolotor, A. J., Madrid, B., Jain, D., Gerbaka, B., & Youssef, R. M. (2009). The development and piloting of the ISPCAN Child Abuse Screening Tool—Parent version (ICAST-P). *Child abuse & neglect*, 33(11), 826-832. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2009.09.006>
- Sahaimi, M. F., Pa, M. N. M., & Taib, F. (2020). A malay version of the international society for the prevention of child abuse and neglect screening tool for children: A study of its validity and reliability. *The Malaysian journal of medical sciences: MJMS*, 27(4), 97. <https://doi.org/10.21315/mjms2020.27.4.9>

- Silveira, A. L. D. S., & Grassi-Oliveira, R. (2016). Semantic validation of the ISPCAN Child Abuse Screening Tools (ICAST) in Brazilian Portuguese. *Trends in psychiatry and psychotherapy*, 38(2), 105-110. <https://doi.org/10.1590/2237-6089-2016-0012>
- Smith, C. (2016). Ethical Considerations for the Collection, Analysis & Publication of Child Maltreatment Data International Society for the Prevention of Child Abuse and Neglect (ISPCAN).
- Straus, M., Hamby, S., Finkelhor, D., Moore, D., & Runyan, D. K. (1998). Identification of child abuse with the parent child conflict tactics scales (PCCTS): Development and preliminary psychometric data for a national sample of American parents. *Child Abuse & Neglect*, 22(4), 249–270. [https://doi.org/10.1016/S0145-2134\(97\)00174-9](https://doi.org/10.1016/S0145-2134(97)00174-9)
- World Health Organization. (2006). Preventing child maltreatment: a guide to taking action and generating evidence. *World Health Organization*.
- Yoon, S., Speyer, R., Cordier, R., Aunio, P., & Hakkarainen, A. (2020). A Systematic Review Evaluating Psychometric Properties of Parent or Caregiver Report Instruments on Child Maltreatment: Part 1: Content Validity. *Trauma, Violence, & Abuse*. <https://doi.org/10.1177/1524838019898456>
- Yoon, S., Speyer, R., Cordier, R., Aunio, P., & Hakkarainen, A. (2021). A systematic review evaluating psychometric properties of parent or caregiver report instruments on child maltreatment: Part 2: Internal consistency, reliability, measurement error, structural validity, hypothesis testing, cross-cultural validity, and criterion validity. *Trauma, Violence, & Abuse*, 22(5), 1296-1315. <https://doi.org/10.1177/1524838020915591>